

A construção social da cor. Desigualdade Escrava e Diferença Negra no processo de formação e superação do escravismo colonial

José D'Assunção Barros*

Resumo

De modo a examinar uma das mais complexas questões histórico-sociais que marcaram a história e o desenvolvimento das sociedades modernas – a do entrelaçamento entre as noções de Desigualdade Escrava e de Diferença Negra – este artigo ampara-se em uma formulação teórica já desenvolvida pelo autor em outra oportunidade, baseada na possibilidade de utilização da abordagem semiótica com vistas à discussão de três conceitos fundamentais das Ciências Sociais e Humanas – Igualdade, Desigualdade e Diferença. A questão que mobiliza a discussão é a do entrelaçamento das idéias de Desigualdade Escrava, Diferença Negra e Africanidade no processo de formação do sistema escravista colonial no Brasil nos séculos que precedem o período republicano.

Palavras-chave: desigualdade; diferença; escravidão; escravismo colonial.

Abstract

In order to examine one of the most complex questions that had marked the history and development of the modern societies – the interlacement between the notions of Enslaved Inequality and Black Difference – this article is supported in a theoretical formalization already developed by the author in another opportunity, on the basis of the possibility of use of the semiotic approach to discuss three fundamental concepts of the Social and Human Sciences – Equality, Inequality and Difference. The question that moves the discussion presented is the interaction of the ideas of Slavery Inequality, Black Difference and Africanity in the process of construction of the Slavery Colonial System in Brasil in the centuries that proceeds the Republican period.

Keywords: inequality; difference; slavery; colonial slavery.

* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Brasil). Professor dos cursos de Graduação e Mestrado em História da Universidade Severino Sombra (Vassouras). Recentemente, publicou os livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005), *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007), e *A Construção Social da Cor* (Petrópolis: Vozes, 2008).

Igualdade, *Desigualdade* e *Diferença* são noções complexas que interagem de diversas maneiras, e não raro a conversão de certas Diferenças em Desigualdades, ou vice-versa, pode gerar problemas sociais específicos que merecem uma reflexão mais acurada. Conforme postularemos, a noção de *Igualdade* contrasta simultaneamente com estas duas outras noções que sempre marcaram uma presença igualmente significativa no decurso da história humana. Por um lado, *Igualdade* opõe-se a *Diferença*, mas, por outro, contradita com *Desigualdade*. É preciso, naturalmente, atentar para os dois tipos de relações aí envolvidos: a *contrariedade* e a *contraditoriedade*. A oposição entre *Igualdade* e *Diferença*, para colocar a questão dentro de uma perspectiva semiótica, é da ordem dos “contrários” (de duas essências que se confrontam). Já a oposição entre *Igualdade* e *Desigualdade* é da ordem dos “contraditórios” (duas circunstâncias que se opõem, por assim dizer). Vejamos mais a fundo a problemática filosófica aí envolvida, já que ela trará implicações histórico-sociais de vital importância para a questão que discutida neste ensaio.

Partiremos de algumas exemplificações para um esclarecimento mais específico sobre o que, do ponto de vista semiótico aqui considerado, seriam “diferenças”, e o que seriam “desigualdades”. Negro e Branco, Homem e Mulher, Brasileiro e Americano, Velho e Novo, Cristão e Muçulmano, Operário e Camponês são exemplos bastante claros de “diferenças”. Quando se considera o par “*Igualdade x Diferença*” (ou “igual” x “diferente”), tem-se em vista algo da ordem das *essências*: uma coisa ou é igual a outra (pelo menos em um determinado aspecto), ou então dela difere. Por exemplo, relativamente ao aspecto da nacionalidade, “ser brasileiro” ou “ser americano” são diferenças muito bem delineadas. Um indivíduo, em alguns casos extremamente excepcionais, pode até ser as duas coisas – se pensarmos nos casos de “dupla nacionalidade” – mas não pode ser “meio brasileiro” e “meio americano”, a não ser que estejamos utilizando uma figura de retórica, e tampouco é possível encontrar uma situação intermediária entre “ser brasileiro” e “ser americano”. No universo de inúmeras nacionalidades possíveis, “ser brasileiro” e “ser americano”, enfim, não são realidades ou pólos que se opõem, mas, sim, *diferenças* que se confrontam, cada uma conservando seu próprio espaço de delimitação com referência a certa unidade geopolítica, a determinada identidade histórico-cultural, a uma cidadania legalmente aceita, e, sobretudo, a certo local de nascimento ou relações de filiação.

Para muito além dos exemplos mencionados, as diferenças afetam os mais diversos campos das possibilidades humanas: podemos, no âmbito de certo número de indivíduos, considerar sua igualdade ou diferença em relação aos aspectos sexual, profissional, étnico, e assim por diante. E, neste caso, estaremos falando em diferenças sexuais, profissionais, étnicas. Ao verificar que em dois indivíduos distintos se verifica o pertencimento à mesma nação ou a adesão à mesma religião, podemos considerar a sua igualdade com relação a cada um destes aspectos, e contrapô-los aos indivíduos que, diferentemente, possuem outras nacionalidades e professam outras religiões.

Já para aventar exemplos relativos às Desigualdades, podemos opor adjetivos como “Forte” e “Fraco”, “Instruído” e “Analfabeto”, “Rico” e “Pobre”, ou mesmo substantivos

como “Liberdade” e “Escravidão”, de modo a evidenciar mais claramente que o contraste entre *Igualdade* e *Desigualdade* se refere quase sempre não a um aspecto “essencial”, mas,, sim, a uma “circunstância”. Distintamente da oposição por “contrariedade” que se estabelece entre Igualdade e Diferença, a oposição entre Igualdade e Desigualdade é da ordem das “contradições”. Bem entendido, enquanto os contrários se opõem ou se confrontam em nível das essências, já as contradições são sempre circunstanciais - são geradas no interior de um processo, têm uma história, aparecem em determinado momento ou situação, e, de resto, pode-se dizer que os pares contraditórios integram-se dialeticamente dentro dos processos que os fizeram surgir. Já os pares contrários não se misturam efetivamente (amor e ódio, verdade e mentira, igual e diferente), e deste modo fixam claramente o abismo de sua contrariedade.

Com vistas a explorarmos as implicações do fato de que a relação *Igualdade x Desigualdade* é da ordem das contradições, utilizaremos como exemplo significativo a oposição entre *Pobreza* e *Riqueza*. “Ser pobre” ou “ser rico” – desigualdades relacionadas ao plano econômico – são polarizações que trazem algumas implicações. Para começar, rigorosamente falando, ninguém “é pobre” ou “é rico”; na verdade, o que seria mais adequado dizer é que alguém “está pobre” ou “está rico”, pois a riqueza ou a pobreza são circunstâncias reversíveis. Além disto, “ser pobre” ou “ser rico” implica uma relatividade. “É-se pobre” em relação a certo patamar de comparação: um indivíduo pode ser mais pobre em relação a outro indivíduo, e, ao mesmo tempo, mais rico em relação a um terceiro (contrariamente ao que ocorre mais habitualmente no plano das diferenças, já que um indivíduo não pode ser mais brasileiro do que outro, mais cristão, ou mais mulher). De resto, entre a “riqueza absoluta” e a “pobreza absoluta” – se quisermos postular hipoteticamente estas posições extremas relativas à desigualdade econômica – poderemos encontrar inúmeras nuances. Assim, se não havia diferenças intermediárias entre o brasileiro e o americano, entre o russo e o chinês, ou entre o mexicano e o indiano – diferenças referentes ao campo das nacionalidades –, já entre o miserável e o milionário, marcadores tipicamente relacionados à desigualdade econômica, encontraremos todas as nuances possíveis.

Assim, entre o mais rico e o mais miserável (aquele que no limite extremo é desprovido de qualquer bem), podemos imaginar todas as gradações possíveis e imaginar também situações em que o mais rico perca a riqueza (e até atinja a miséria), ou em que o miserável vá gradualmente adquirindo riqueza até se tornar rico. Isto significa dizer que a Desigualdade relativa à Riqueza admite tanto *reversibilidade* como *gradações* entre os seus extremos. Raciocínios análogos poderiam ser feitos para a Desigualdade relativa à liberdade de ir e vir. De um lado teríamos o que pode ir a todos os lugares (que imaginariamente seria aquele que detém um máximo de poder, riqueza e prestígio), e, do outro, o que não pode ir a nenhum lugar (que poderia ser ilustrado com o exemplo de um prisioneiro na solitária). Entre estes limites extremos existem as gradações, e também as reversibilidades (o Ditador pode ser, um dia, preso, e o prisioneiro, libertado). Os exemplos poderiam se estender ao infinito para as Desigualdades relativas à liberdade de expressão, ao acesso a

bens e serviços, à privação de direitos jurídicos, às imposições de segregação espacial, e tantas outras situações.

Retomemos a questão das Diferenças. Em exemplo anterior havíamos mencionado diversas nacionalidades distintas, e poderíamos também indicar como exemplos de âmbitos de diferenças inúmeras religiões, diversificadas faixas etárias, uma infinidade de tipos de constituição física e pelo menos dois sexos, se abordarmos esta questão por meio de um ângulo mais tradicional. As diferenças são obviamente inerentes ao mundo humano – para não falar do mundo natural – e desde já será preciso esclarecer que nem todas as diferenças são naturais, uma vez que muitas são construídas culturalmente¹. A ocorrência de Diferenças no mundo social está inevitavelmente atrelada à própria diversidade relativa ao conjunto dos seres humanos, seja no que se refere a características pessoais (sexo, etnia, idade), seja no que se refere a questões externas (pertencimento por nascimento a esta ou àquela localidade, cidadania vinculada a este ou àquele país, adesão a esta ou àquela religião).

Também decorre que, de modo geral, a ocorrência de diferenças de toda a ordem não pode ser evitada mediante a ação humana. Uma ação social específica dificilmente poderá evitar que os indivíduos tenham idades diversificadas, ou que a humanidade seja partilhada geneticamente entre homens e mulheres. As ações sociais para acabar com certas diferenças, quando possíveis, demandariam gigantescos esforços, e, na maior parte dos casos, não seriam desejáveis. Ações deste tipo estariam de fato situadas em situações-limite, ou apenas no campo da ficção. O Projeto Nazista propôs, e tentou implantar, o extermínio de determinadas etnias. O assassinato coletivo de idosos como mecanismo de equilíbrio e controle social já foi tema de filmes de ficção científica, bem como também a extinção do sexo masculino. Por outro lado, podemos nos perguntar se seria possível abolir, um dia, as nacionalidades e implantar o Governo Mundial, ou uma única Religião. Quanto tempo levaria para que novas organizações coletivas identitárias ressurgissem, reagindo às tentativas de supressão de diferenças?

Enquanto pensar Diferenças significa se render à própria diversidade humana – individual e coletiva – já abordar a questão da Desigualdade implica considerar um outro tipo de multiplicidades: a dos espaços em que esta pode ser avaliada. Avalia-se a Desigualdade no âmbito de determinados critérios ou de certos espaços de critérios: rendas, riquezas, liberdades, acesso a serviços ou a bens primários, capacidades. Indagar sobre a Desigualdade significa sempre recolocar uma nova pergunta: Desigualdade de quê? Em relação a quê? Conforme foi ressaltado, a Desigualdade é sempre circunstancial, seja porque estará localizada historicamente dentro de um processo, seja porque estará necessariamente situada dentro de um determinado espaço de reflexão ou de interpretação que a especificará (um determinado espaço teórico definidor de critérios, por assim dizer). Falar sobre Desigualdade implica nos colocarmos em um ponto de vista, em certo patamar ou espaço de reflexão (econômico, político, jurídico, social, e assim por diante). Mais ainda, implica arbitrarmos critérios dentro de cada espaço potencial de reflexão. De resto, o que

nos obriga a falar em *circunstâncias* para as questões relacionadas à Desigualdade é o fato de que qualquer desigualdade imposta a um grupo, ou a um indivíduo, está sujeita, ela mesma, à circunstancialidade histórica, sendo, em última instância, reversível. O grupo humano que está privado de determinados direitos pode reverter a sua situação por meio da ação social – sua e de outros. Assim, pelo menos em tese, não existem desigualdades imobilizadas no mundo social.

Para resumir visualmente o que foi aqui apresentado de maneira inevitavelmente sumária, poderemos nos valer de um triângulo semiótico. Nele, a noção de “Igualdade” relaciona-se horizontalmente com a de “Diferença” (em uma coordenada dos contrários que se refere ao plano das essências), mas também se relaciona diagonalmente com a de “Desigualdade” (em um eixo das contradições que se refere ao plano das circunstâncias). A indicação de bilateralidade no eixo contraditório da relação entre Igualdade e Desigualdade (uma linha com duas setas) indica que esses pólos são autorreversíveis, e, também, que é possível um deslocamento em uma e outra direção ao longo do eixo da desigualdade. Já para a coordenada de contrariedade relacionada com os pólos Igualdade e Diferença não há, de modo geral, reversibilidade possível. Trocando em miúdos, as Desigualdades são reversíveis no sentido de que se referem a mudanças de estado; as Diferenças, de um modo geral, não.

Uma questão bastante complexa, e que nos interessará mais especificamente neste ensaio refere-se às chamadas “diferenças raciais”, ou melhor, às “diferenças de cor”. Quando é estabelecida, por exemplo, uma dicotomia entre Brancos e Negros, é fixado imediatamente um contraste entre duas essências. Isto, conforme veremos oportunamente, será sempre um problema, pois do ponto de vista científico as raças não existem enquanto realidades biológicas bem definidas. Por um lado, diversidade humana é tão múltipla e aberta a misturas e superposições que não se presta a isto, e por outro lado, as pesquisas do Projeto Genoma já demonstraram que todos os homens modernos descendem de uma matriz comum oriunda de certa região da Etiópia pré-histórica – ou seja, existe apenas uma única “raça humana” (Olsen, 2001, p. 48). Mas o que interessa para a nossa discussão é que existem inúmeras e indefinidas tonalidades de pele (e não três ou quatro), e que estas se somam a inúmeros tipos de cabelo e constituições labiais, a diversificados padrões cranianos e tendências de estrutura óssea, e a tantas e tantas outras distinções biológicas que, a bem da verdade, não nos permitiriam falar em absoluto em um tipo unificado de Negro ou de Branco.

Assim mesmo, quando é construída culturalmente uma dicotomia entre Negros e Brancos, são de imediato constituídas duas essências, sem mediações. Se quisermos interpor um tipo intermediário – o Pardo ou Mulato –, ele será uma nova essência (na verdade uma essência tão ficcional como a dos Negros ou Brancos). Mas essas essências serão sempre ambíguas, e contra esta realidade empírica terão de se defrontar os sistemas de classificação que tentarem estabelecer uma tipologia fundada predominantemente na cor da pele.

Para além da tipificação em Branco, Mulato ou Negro, poderemos tentar desdobrar novas tentativas de classificações, e criar os conceitos de Mulato Escuro e Mulato Claro, mas em todos estes casos estaremos apenas criando novas categorias essenciais. No plano

essencial das Diferenças não existem gradações (ou estados) do mesmo tipo que é bastante recorrente no plano das desigualdades. O que ocorre, isto sim, é a contraposição de categorias diferenciadas umas das outras. E aqui temos uma das já mencionadas distinções básicas entre as Diferenças e as Desigualdades. Enquanto o mais rico é o outro pólo do mais miserável, ou o livre é o outro pólo do escravo mais privado de liberdades – sempre considerando o espectro de gradações que existe nestes dois casos – o Negro não é o outro pólo do Branco, nem o Inglês é o outro pólo do Indiano, e nem sequer o Homem é o outro pólo da Mulher. Aqui se deve falar, respectivamente, em “diferenças de cor”, “diferenças de nacionalidade” e “diferenças de sexo”.

De uma maneira mais simplificada, enfim, pode-se dizer que as Desigualdades relacionam-se mais freqüentemente ao *Estar* ou mesmo ao *Ter* (pode-se ‘ter’ mais riqueza, mais liberdade, mais direitos políticos), enquanto as Diferenças relacionam-se mais habitualmente ao *Ser* (“ser negro”, “ser brasileiro”, “ser mulher”). A compreensão destas distinções fundamentais entre Diferença e Desigualdade é imprescindível para que se possa perceber como estas duas noções têm se relacionado entre si no âmbito social, e como ambas relacionam-se com a noção de Igualdade. Depois disso poderemos iniciar um esforço para a compreensão de certos aspectos relacionados à Escravidão e às Diferenças de Cor. Desde já, contudo, pontuaremos a complexidade do tema da Escravidão, uma vez que esta noção tem sido alternativamente postulada como pertencente ao âmbito da Desigualdade ou da Diferença conforme os interesses sociais envolvidos, e os desenvolvimentos históricos que podem ser examinados.

Deslocamentos entre Desigualdade e Diferença: introduzindo a questão escravocrata

A relação entre *Desigualdade* e *Diferença* é, de fato, um capítulo bastante complexo na história das sociedades humanas. Uma sociedade pode assumir – concreta ou imaginariamente – um determinado tipo de conexão entre diferença e desigualdade (ou entre alguns tipos de diferenças e a desigualdade social ou política). Nas democracias modernas desenvolve-se o imaginário (nem sempre correspondente às situações concretas e efetivas) de que certas diferenças não devem gerar desigualdade. Neste caso, considera-se que devem ser tratadas com igualdade as diferenças de cor, sexo ou religião. Nem sempre foi assim, e ainda não é assim em diversas sociedades que afirmam concreta e imaginariamente o vínculo entre a desigualdade social e as diferenças deste tipo. São notórios os exemplos medievais de segregação espacial de certos grupos religiosos em bairros específicos, e não está longe no tempo o exemplo do *Apartheid*, que correspondeu à bem conhecida política de segregação étnica oficializada na África do Sul entre o período de 1948 a 1990². Nestes casos, a conexão entre *Diferença* e *Desigualdade* implica também *Exclusão* ou *Segregação*, outras noções que colaboram na mesma rede de significados. E discriminar remete também ao cultivo daquilo que podemos conceituar como “preconceito” – um “conjunto de atitudes que provocam, favorecem ou justificam medidas de discriminação” (Rose, 1972, p. 162).

Outro aspecto a se considerar na história da relação entre Desigualdade e Diferença refere-se à possibilidade de que uma determinada “contradição” relacionada com Desigualdade passe a ser lida socialmente como uma “contrariedade” relacionada com Diferenças. O exemplo que iremos examinar mais sistematicamente neste ensaio é o da oposição entre *Liberdade* e *Escravidão*. Naturalmente que, se considerarmos que a *Escravidão* é a privação de *Liberdade*, deveremos tendencialmente localizar este par de contraditórios no eixo circunstancial da Desigualdade. O *Escravo* é aquele que perdeu a *Liberdade*. A *escravidão*, ou a condição de homem livre, constituem, a princípio, cada qual um “estado”, uma circunstância (pode-se até postular que estas duas noções interagem reciprocamente como contradições, e não como diferenças).

A estratificação social no Brasil Colonial fundou-se precisamente no deslocamento imaginário da noção *desigualadora* de “Escravo” para uma coordenada de contrários fundada sob a perspectiva da *Diferença* entre homens livres e escravos. Nesta nova perspectiva, um indivíduo não *está* escravo, ele *é* escravo. Toda a violência maior deste novo modelo de estratificação social típico do Brasil Colonial esteve alicerçada neste deslocamento, nesta transformação de uma contradição em contrariedade, nesta estratégia social imobilizadora que transmudava uma circunstância em essência. E é digno de nota que os abolicionistas tenham se empenhado precisamente em reconduzir o discurso sobre a *Escravidão* para o plano das desigualdades, recusando-se a discutir a oposição entre Livres e Escravos no plano das diferenças. Alguns, inclusive, passaram a discutir a desigualdade da *Escravidão* em conexão com outras formas de desigualdade, e ao tempo em que propunham a abolição, preconizavam também reformas fundiárias e jurídicas. Destronada do plano imobilizador das Diferenças em que fora assentada durante o processo de formação e implantação do escravismo colonial, a *Escravidão* passava a coabitar no discurso abolicionista com outras Desigualdades, e algumas destas podiam ser enfrentadas naquele momento pelas mesmas práticas, pelos mesmos discursos, pelas mesmas ações sociais.

A questão da *Escravidão*, mas também outras que poderiam ser citadas, permite-nos sustentar que os deslocamentos impostos entre os planos da Desigualdade e da Diferença podem frequentemente implicar opressão ou dominação – mas também libertação, quando o deslocamento refere-se a uma desconstrução do deslocamento opressor no sentido inverso, como foi o caso dos discursos abolicionistas que reconduziam a noção de *escravidão* do plano das diferenças ao das desigualdades. É preciso fazer compreender a *Escravidão* como Desigualdade para, ato contínuo, propor sua extinção por meio de uma ação social.

As Diferenças que são construções históricas

Para avançarmos na questão que nos interessa, será preciso considerar que, se as Desigualdades são sempre construções históricas, as Diferenças também podem sê-lo. Existem, obviamente, as diferenças naturais que impõem a sua evidência ao mundo humano, como o sexo ou as diferenças etárias, embora também tenham se desenvolvido em tem-

pos mais recentes discussões complexas sobre a historicidade e a construção cultural que envolvem as divisões de sexo ou idade³. Mas existem, sobretudo, as diferenças culturais propriamente ditas, aquelas que são ainda mais visivelmente construções sócio-culturais, e algumas delas precisam ser examinadas no plano de sua historicidade porque eventualmente produzem desigualdade social. Discutiremos precisamente um conjunto de noções historicamente construídas que se entrelaçaram no século XVI em torno da prática da Escravidão Moderna: Negro, Escravo e Africano.

Liberdade e Escravidão, como já foi proposto, correspondem a estados que tendencialmente deveriam ser dispostos no eixo contraditório das desigualdades, e não na coordenada de contrários das Diferenças. “Escravo”, neste caso, seria uma noção referente à Desigualdade que se estabelece relativamente à liberdade (ser escravo é estar privado da liberdade, é ser vítima de uma desigualdade social relacionada ao direito de agir livremente). Ser “Negro”, por outro lado, é hoje uma Diferença marcante nas sociedades modernas. Mas esta Diferença tem também uma história. E em algum momento esta história foi obrigada a entrelaçar-se com a idéia desigual de Escravidão para dar suporte a esse cruel regime de dominação que foi o Escravismo Colonial.

Entre os séculos XVI e XIX, os “negros” não se viam na África, em absoluto, como “negros”. “Negro” foi, na verdade, uma construção “branca” – já que os povos africanos enxergavam a si mesmos como pertencentes a grupos étnicos bem diferenciados e, em geral, reciprocamente hostis. Na verdade, o aspecto diferencial “Negro” foi, *grosso modo*, construído no Ocidente Europeu a partir da superação de diversas diferenciações que existiam (e existem até hoje) nas sociedades tribais africanas. Dito de outro modo, a diferença “negro” foi construída a partir da igualização (ou da indiferenciação, seria melhor dizer) de uma série de outras diferenças étnicas que demarcavam as identidades locais no continente africano, sendo importante ressaltar que isto não ocorreu repentinamente, mas, sim, no decurso de um processo de quatro séculos que envolveu a implantação, realização e superação do escravismo – um processo que a princípio “mescla, sem as confundir, as etnias, tribos e clãs” (Mattoso, 1982, p. 23), mas que, ao mesmo tempo, suprime gradualmente todas estas diferenças na consolidação da representação de “Negro”. Para entender as bases iniciais deste complexo processo, será importante evocar a própria diversidade afro-negra à época que precede a implantação do tráfico negreiro. Por ora, avancemos na análise do combinado de noções que se forma para dar apoio ao projeto escravocrata colonial.

Se a idéia de “negro” foi construída por supressão ou minimização das diferenças tribais, é preciso salientar que os negros africanos tampouco se viam como “africanos”. A “África” foi, também, uma construção da “Europa”. O norte, o centro, o sul, o lado oriental, o litoral atlântico, para apenas falar das macrorregiões da África, eram pressentidas pelos povos que as habitavam como regiões geográficas e culturais bem diferenciadas. Quem pela primeira vez avaliou estes povos a partir de uma identidade étnica e continental – enquadrada em um lugar único – foi o próprio homem “branco” europeu, já que esta questão não se colocava, então, para os “negros africanos” da época⁴.

Por fim, a adaptação do próprio conceito de “Escravo”, transformando-o simultaneamente na base de um determinado sistema de produção e, sobretudo, em peça central definidora de um comércio extraordinariamente rendoso nos moldes modernos, foi também uma construção branca. Bem entendido, a Escravidão era uma forma de Desigualdade que já vinha existindo desde a Antiguidade, mas de modo geral apresentava outras singularidades. Em boa parte dos casos, a Escravidão Antiga apresentava-se como um produto da guerra: o escravo podia ser, por exemplo, um homem livre que fora vencido e capturado belicamente. Também em diversas sociedades da Antiguidade apresentava-se, ao lado da escravização surgida da guerra, o caso menos freqüente da escravidão por dívidas, novamente uma circunstância, e já desde a Mesopotâmia comprovam-se ainda os casos de escravização de crianças abandonadas e da venda de familiares como escravos.

Assim como na Antiguidade, a escravidão sempre existira na África. Só que na realidade africana pré-colonial tinha-se uma escravidão de importância periférica, e que, além disto, assumia conotações diversas que serão discutidas mais adiante. A contribuição do homem branco europeu para esta triste prática, hoje oficialmente abolida, foi introduzir a Escravidão, a partir do século XVI, em um comércio transoceânico de âmbito mundial, e também transformá-la em peça-chave dos sistemas econômicos coloniais até sua abolição nos vários países da América⁵. Para isto, o traficante europeu precisou interagir com a “ponta negra” do tráfico – da qual participavam, por exemplo, os chefes africanos das etnias litorâneas, que organizavam nos séculos XVII e XVIII guerras e expedições de captura para obter, no interior africano, homens de etnias várias para serem vendidos como escravos.

Enquanto as formas de escravidão que eram até então conhecidas contrastam com a Escravidão Moderna por terem se apresentado menos extensas, menos comerciais e mais heterogêneas (o escravo na Grécia ou na Roma Antiga podia vir de procedências diversas), na instalação do sistema escravista colonial estaremos diante de um novo sistema de escravidão que abarca uma extensão oceânica, apresenta muito mais intensidade comercial e vai se nutrir de escravos trazidos exclusivamente da África (Blackburn, 2002, p. 19) – vinculando esta origem, ela mesma, uma construção que desconsidera as origens locais, a uma diferença socialmente selecionada que será a da cor da pele.

Neste novo contexto, se antes a Escravidão apresentava-se, amiúde, como um subproduto da guerra, agora o objetivo de capturar escravos é que passaria a produzi-la. O Escravo passou a ser um produto tão valorizado na nova realidade econômica que os próprios grupos tribais africanos organizavam expedições para capturar escravos para depois vender aos europeus⁶. Ocorreu mesmo que estados e reinos africanos que eram estáveis antes da chegada dos europeus desaparecessem, particularmente a partir de meados do século XVII, para dar lugar a novos estados, “nascidos do tráfico e vivendo dele” (Mattoso, 1982, p. 27). A esta questão voltaremos mais adiante, pois ela nos forçará a examinar os vários modelos de escravidão que já existiam na África pré-colonial do ponto de vista de sua relação com os conceitos de Desigualdade e Diferença.

Por ora, registremos que a desconstrução da diversidade de etnias negras e das realidades culturais africanas, mergulhando-as dentro de uma grande raça localizada em um espaço geográfico único e imaginariamente homogêneo – e a simultânea visão desta parte da humanidade como “inferior”, ao mesmo tempo em que se encarava o continente africano como lugar exterior à “civilização” – tudo isto, juntamente com uma nova noção de “escravo”, constituiu o fundo ideológico da montagem do sistema escravista no Brasil. Desigualdades e Diferenças várias, neste caso construídas historicamente, entrelaçaram-se para dar apoio a um dos mais cruéis sistemas de dominação que a História conheceu.

Os primeiros portugueses que procederam à montagem do sistema escravista no Brasil estavam cientes da diversidade africana, e, portanto, das possibilidades de afirmação de diferenças a partir desta diversidade⁷. Mas eram diferenças que, no caso, não lhes interessavam. Motivar as rivalidades étnicas no próprio continente africano, como veremos mais adiante, era extremamente interessante para os traficantes negreiros, já que era da massa de vencidos nas guerras e conflitos intertribais que os traficantes negreiros obtinham os indivíduos que seriam transformados em escravos. Mas permitir que estas identidades étnicas se fortalecessem já nas colônias onde os africanos seriam submetidos à escravidão, isso já era particularmente perigoso. Por isto os compradores de escravos para a empresa agrícola ou para as atividades urbanas costumavam separar estrategicamente os indivíduos provenientes de uma mesma etnia e região cultural, misturando escravos de diferentes procedências e etnias – tudo para evitar que fossem revividos certos padrões de identidades locais africanas que não estavam assim tão distantes (e, conseqüentemente, prevenir potenciais revoltas). Construir a idéia do “negro”, da realidade que transcende todas as etnias, que as supera ou mesmo as cancela, era o procedimento-chave. Por outro lado, se para fins de censo e controle era preciso classificar os negros despejados pelo tráfico no Brasil, também se procedia à construção de novas diferenças, muito pouco coincidentes com as realidades étnicas originais. Incorporava-se à identidade do negro uma procedência geográfica que, via de regra, relacionava-se aos portos africanos de tráfico que os haviam exportado para o Brasil, independente de sua verdadeira origem. *Cabindas*, *minas* e *congós*, por exemplo, eram designações que tinham origem em portos ou circuitos de tráfico específicos, como veremos oportunamente. *Angolanos*, *congoleses* e *benguelas* eram referências a circuitos geográficos em que apareciam embaralhadas muitas etnias.

Mas à parte as classificações impostas por necessidades práticas, o delineamento de uma dimensão racial “negra” por oposição ao “branco” firmou-se mesmo como a peça-chave de um novo constructo ideológico. Com isto, o negro no Brasil e no resto da América passou a ser visto como uma realidade única e monolítica, e, com o tempo, foi levado a enxergar a si mesmo também desta maneira. Perdidos os antigos padrões de identidade que existiam na África, o negro afrobrasileiro sentiu-se compelido a iniciar a aventura de construir para si uma nova identidade cultural, adaptando-a à própria cultura colonial. Com isto iriam surgir novos padrões religiosos, diversificadas alternativas sincréticas, uma nova arte e uma nova música, e tantas outras contribuições que já não são propriamente

africanas. Daí que não se pode falar propriamente de uma componente cultural africana de nossa sociedade, mas sim de uma componente *afrobrasileira*, inauguradora de novas especificidades.

Conforme se vê, ocorreu neste processo histórico o entrelaçamento de uma noção que habita ou deveria habitar o plano da Desigualdade Social (a noção de Escravo) com estas duas diferenças culturais que foram a Negritude e o pertencimento africano (ou pelo menos a procedência ou a ancestralidade africana). Obviamente que, mais tarde, estas noções foram se desentrelaçando. Já mencionamos o fato de que fez parte da montagem ideológica do sistema Colonial o deslocamento da idéia de Escravidão, que passou do eixo circunstancial e contraditório da Desigualdade para a coordenada essencial dos contrários que pontuam as Diferenças. E que a seu tempo as idéias abolicionistas passaram, novamente, a discutir a Escravidão como Desigualdade, e não mais como Diferença, marcando o retorno discursivo de uma noção que já havia pertencido ao plano da Desigualdade. Este processo de releitura das noções que haviam dado suporte ao sistema colonial, e o seu redesligamento umas das outras, mostra como as Desigualdades ou Diferenças estão sujeitas a deslocamentos que correspondem a transformações sociais mais profundas que se processam na sociedade.

Das Diferenças negras às Diferenças escravas

Quando esquematizamos acima as relações entre Igualdade, Diferença e Desigualdade, ressaltamos que o “triângulo semiótico da Igualdade” era ainda um esquema incompleto. Ele pode ser espelhado, para se tornar um quadrado semiótico perfeito, se acrescentarmos uma nova noção: a de *Indiferença* (por oposição contraditória em relação a *Diferença*). A Indiferença (ou Indiferenciação) corresponde a ignorar, contestar, rediscutir ou desprezar as Diferenças. Completo, o quadrado semiótico das Igualdades e Diferenças fica assim:

O quadrado completo ajuda, por um lado, a clarificar a leitura de alguns dos processos histórico-sociais atrás descritos, como o da origem da Escravidão como Desigualdade, a sua transmutação em Diferença através do discurso escravocrata, e a Não-Diferença proposta posteriormente pelo discurso abolicionista de modo a conduzir a discussão de novo ao eixo da Igualdade. Este é o percurso semiótico através do chamado “esquema positivo” (Greimas e Courtés, 2002) – isto é, descida pela primeira diagonal, subida pela vertical direita, nova descida através da segunda diagonal, e retorno ao vértice inicial através da vertical esquerda.

Um exemplo de percurso através do “esquema negativo” poderia ilustrar o processo de construção da moderna diferenciação entre negros e brancos nas sociedades pós-coloniais. Na realidade africana pré-colonial tinha-se as várias *diferenças* intertribais (vértice superior direito). O tráfico negreiro embaralhou estas diferenças percebidas pelos africanos e, a partir de uma *Indiferenciação*, igualizou todos os negros (descida pela segunda

diagonal e subida pela vertical esquerda até o vértice da *Igualdade*). O restante do percurso é já conhecido: produção de *Desigualdade* através da Escravidão e transformação desta desigualdade em *Diferença* entre negros escravos e brancos livres (retorno ao vértice superior direito, agora configurando um novo tipo de Diferenciação). Desconstruída a Escravidão pelo posterior processo abolicionista, a percepção de uma diferenciação “racial” entre negros e brancos continuou, contudo, a fazer parte das percepções sociais mais significativas.

Será nosso objetivo nas próximas linhas refletir sobre a Construção Social da Cor neste Brasil que remete à montagem do sistema escravista-colonial – verificando, inicialmente, que diferenças foram sacrificadas no altar desta diferença maior que se relaciona à cor socialmente percebida, e que materiais históricos e culturais foram remoldados para a construção dos ídolos da pigmentação e despigmentação. Em seguida, será o momento de examinar o processo de desigualdade social que se instaura nesta construção, que a ampara, que absorve ou supera, através do Escravismo Colonial, outras formas de desigualdade escrava que o precederam na própria África. Processo Desigualador, enfim, que prossegue para depois da própria abolição, mas já fugindo aos horizontes de análise que aqui propomos. Retornemos, por ora, aos primórdios, à realidade africana que precede o tráfico.

Vimos em exemplo firmado anteriormente que na África pré-colonial os africanos percebiam diferenciações intertribais que eram muito claras para eles, gerando padrões de solidariedade e hostilidade. Diferenciações de altura, de espessura labial, de contorno do rosto ou de tipo de cabelo podiam ser tão ou mais importantes para compor a distinção de etnias do que o tom da pele – sem contar que as várias sociedades tribais acrescentavam a estas diferenças naturais outras de ordem cultural, como um corte de cabelo, o uso de brincos, a utilização de determinada indumentária, e assim por diante. A empresa do tráfico negreiro embaralhou estas percepções e – ao mesmo tempo em que deslocava parte da humanidade africana para as Américas – favoreceu a percepção de uma nova dicotomia a partir da pigmentação ou não da pele. Muitas das comunidades tribais africanas foram então igualadas, no imaginário ocidental, em função do único aspecto que algumas delas pareciam ter em comum: uma certa semelhança na cor, quando postas em contraste com o padrão europeu.

Tudo isto está intensamente impregnado de história, e o material humano sobre o qual se construiu esta história é certamente o mais rico em diversidade do planeta. Na verdade, nenhum outro continente abrange uma diversidade análoga à da África, e só para registrar um dos sintomas desta impressionante diversidade vale lembrar que um quarto das atuais línguas em uso no planeta concentram-se precisamente no continente africano. Falando em diversidade, aliás, à altura da chegada dos invasores europeus o continente também abrigava cinco das seis grandes divisões da humanidade. Povos caucasianos diversos (hamitas e semitas) habitavam o Norte. Os povos negros estavam espalhados em toda a África ao sul do equador. A matriz asiática, misturada à negra, fazia-se representar

através de uma singular população que habitava Madagascar, como consequência de uma migração indonésia que ocorrera muito tempo antes da chegada à África dos europeus. Pigmeus e bosquímanos eram duas outras divisões bem singulares, sendo que estas só podiam ser encontradas mesmo na própria África. A rigor, apenas a sexta matriz, que é apontada como uma das seis grandes divisões humanas – a dos aborígenes australianos –, não se fazia representar de algum modo no mosaico africano já nos primórdios da era moderna.

No que se refere aos povos a que os europeus passaram a se referir como povos negros, tinha-se a Noroeste da costa africana o circuito de civilização dos sudaneses, e mais ao Sul o circuito de civilização dos bantos. Avançando mais para o centro seria possível encontrar os pigmeus, e no extremo Sul da África os bosquímanos, que já são, ambos, povos oriundos de matrizes genéticas bem diferenciadas em relação aos povos negros relacionados aos circuitos civilizacionais sudanês e banto. Concentremo-nos por ora nos sudaneses e nos bantos.

Ainda que possam ser estabelecidas para a África Negra duas divisões mais gerais entre sudaneses e bantos, as etnias internas a estes dois grupos são de uma multidiversidade que impressiona, não apenas no que se refere a caracteres físicos como, sobretudo, do ponto de vista cultural. Entre os sudaneses, nada mais distinto do que um *uolof* oriundo da região senegalesa em relação a um *bambara*, ou a um *mandinga* do Oeste sudanês. Difícil enquadrar em um único grupo dos “negros”, ou mesmo em um grupo negro apenas bipartido em sudaneses e bantos, etnias tão diversas como a dos *zulus*, *somalis*, *ibos*.

As diferenças entre etnias negras, inclusive, não se afirmavam apenas mediante caracteres físicos herdados geneticamente. A cultura, como se sabe, faz parte do diferenciador étnico tanto quanto os índices biológicos. Lovejoy observa que as nações negro-africanas têm seus modos diferentes de cortar o cabelo e são reconhecidas por esta marca, que identifica a que etnia ou a que parte do território pertencem (Lovejoy, 2002, p. 9-39; Líbano *et alli*, 2003, p. 34). Do mesmo modo, cortes de cabelo, marcas faciais, tatuagens, vestimentas, objetos decorativos... todos estes sinais, e uma infinidade de outros, eram muito visíveis e portadores de significado para os africanos, e também para os traficantes que precisavam lidar diretamente com estes povos.

O discurso das diferenças étnicas era muito eloquente no continente africano do início do período moderno, como ainda é, hoje, em certas regiões da África. Acomodar lado a lado, em uma única designação, algumas das mais diferentes etnias negras em um único grande grupo chamado de “raça negra” naturalmente só interessava à ponta colonial do tráfico, ao sistema de recepção e aclimatação do contingente de escravos africanos à América. Na África, os traficantes negreiros sempre souberam lidar com o jogo das etnias. Os conflitos intertribais eram frequentemente ambíguos em seus resultados, mas, no fim das contas, conservar as divisões da humanidade negra na África interessava tanto quanto fomentar um novo tipo de unidade para a humanidade negra das colônias do Novo Mundo.

As diferenças étnicas, deste modo, interessavam em muito aos traficantes que tinham de lidar, na própria África, com as operações de negociação, compra e exportação de es-

cravos, mas já mesmo nos navios negreiros se empenhavam em separar estrategicamente os indivíduos pertencentes às mesmas etnias, e costumavam pôr a ferros os chamados “cabeças quentes” de modo a desmobilizar lideranças e se prevenir de revoltas, pois o perigo delas era constante. Já em solo americano, seja nas colônias portuguesas, espanholas ou inglesas, não mais interessavam estas mesmas etnias cuja contraposição alimentava o tráfico no seu nascedouro africano. Então, era hora de misturar definitivamente os tipos étnicos, evitar a formação de grupos, fortalecer a idéia de que todos eram “negros”, uma raça talhada para o serviço escravo.

Por questões práticas – em parte relacionadas a necessidades de censo e controle, mas também em parte motivadas pelos interesses de conhecer mais a fundo a massa humana escravizada no que se refere a potencialidades para os novos trabalhos que lhe seriam impostos – os administradores coloniais do trabalho escravo também tiveram de recorrer à moldagem de novas diferenças negras, em nada ou muito pouco relacionadas com as antigas etnias africanas. Precisavam saber, por exemplo, quais tipos de escravos eram mais adaptáveis ao trabalho na agricultura, ao trabalho nas minas, aos serviços domésticos, e assim por diante. Ajudar-lhes-ia conhecer não tanto as etnias originais dos negros, mas o tipo de trabalho com os quais estiveram acostumados na África, o tipo de vegetação e clima com os quais lidavam ancestralmente, e talvez conhecer algo do seu potencial de rebelião ou fuga.

Cedo surgiram algumas classificações geográficas que logo foram coladas à identificação dos negros, diferenciando-os uns dos outros, particularmente porque estas informações relacionadas aos ambientes de origem podiam ajudar a melhor entender as potencialidades dos vários grupos de negros com relação ao ambiente. Por outro lado, havia também uma contabilidade a ser registrada e uma avaliação de qualidade, por assim dizer, que permitisse identificar as potencialidades dos vários tipos de negros em relação aos diversos circuitos negreiros. Possivelmente essas combinações de fatores fez com que prevalecesse uma diferenciação dos negros relacionada aos seus circuitos de exportação, o que implica também uma geografia da diferença.

Os *cabindas*, por exemplo, aparecem como uma nova classificação negra. Na verdade, não correspondem, nada mais, nada menos, do que aos negros que eram exportados pelo porto da Cabinda, situado logo ao norte do Rio Zaire. Obviamente que esta categorização oculta a etnia a que pertence cada indivíduo, e pela classificação proposta não podemos saber se um negro chamado de *cabinda* pertencia a uma etnia como a dos *nsundis* ou a outra como a dos *tekes*, para dar exemplo de duas das várias etnias em que se especializava o porto de Cabinda em função da sua posição na geografia do tráfico.

Os *congos*, para dar outro exemplo, constituíam um grupo de apreensão difícil com relação a características físicas e étnicas, uma vez que por esta designação seria designado qualquer indivíduo exportado pela vasta rede comercial que se desenvolvia em torno do curso do rio Zaire (Karash, 2000, p. 54), o que implicava confusão de centenas de grupos étnicos no interior de uma única designação. O mesmo pode ser dito dos *angolanos* e

benguelas, que se referem a regiões geográfico-administrativas surgidas no século VIII da partilha da África pelos países europeus envolvidos no tráfico. Diante da classificação de um negro como *benguela*, já na América Portuguesa, como saber se estamos diante de um *mbundo* ou de um *mbwela*, ou de qualquer outra etnia?

Tanto quanto a categoria gigante de “negro” – engolidora de todas as diferenças étnicas – as categorias embaralhadas a partir dos portos de exportação ou dos circuitos de comércio e apresamento dão o seu quinhão para a dissolução das etnias negras de origem no novo mundo. Os filhos de escravos verão se perder no horizonte a noção de que são *iorubas*, *geges*, *ambacas*, *quissamas*, *rebolos*, *mbundas*, *mbwelas*, *tekes*, *nsundis*, ou tantas outras etnias a serem afirmadas como diferenças culturais.

O processo de novas diferenciações a partir da indiferenciação de todas as etnias negras na categoria “raça negra” apresentou, ainda, outras possibilidades, surgidas da própria vida colonial. Assim, outras diferenças criadas já na colônia são as de *crioulo* – o homem de pele identificada como negra nascido no Brasil – e o *pardo*, produto da mestiçagem de africanos com brancos europeus ou descendentes de europeus já enraizados na colônia. Definir como *pardo* – categoria que o indivíduo não raro ostentava com certo orgulho para distanciar-se mais da idéia de escravidão associada aos negros – implica reintroduzir mais uma vez na diferença a ‘desigualdade’, através de uma realidade que se arrastará também para o mundo dos *libertos*. Mas eis aqui uma questão suficientemente complexa para uma outra ordem de reflexões que não poderemos desenvolver aqui.

Considerações finais

A construção da idéia de “negro” tem uma história – e aqui poderemos falar metaforicamente em uma “construção social da cor”. Compreendê-la – e não pudemos, nos limites deste ensaio, senão propor uma questão a ser desenvolvida posteriormente de modo mais aprofundado – é certamente nos habilitarmos a enfrentar problemas típicos das sociedades modernas, como o racismo, a segregação social, a discriminação. Hoje se fala em um “movimento negro”, que luta por extirpar os preconceitos ainda existentes na sociedade em que vivemos. Neste novo contexto, identificar-se como negro (afirmar esta diferença) faz parte de um gesto de libertação (de luta contra a desigualdade). No passado, porém, a construção ideológica da noção de “homem negro” atendeu a propósitos de dominação. Uma reflexão sobre os caminhos históricos e sociais através dos quais as Desigualdades transformam-se em Diferenças, ou as Diferenças transformam-se em Desigualdades deve ser pauta de reflexão constante para sociólogos e historiadores. Refletir sobre estes caminhos é certamente oferecer alguma contribuição para construir uma sociedade mais justa⁸.

Notas

1. Assim, por exemplo, diferenças entre os sexos “masculino” e “feminino”, do ponto de vista cromossômico, são naturalmente impositivas. Já diferenças relacionadas à religiosidade ou nacionalidade são claramente construções culturais.
2. A palavra *apartheid* significava, literalmente, “separação”, então considerada em relação à divisão estabelecida para o comando político do país entre a minoria branca e um amplo setor de excluídos formado pela maioria racial dos negros e pelas minorias mestiças e asiáticas. Sobre o *apartheid*, ver o ensaio de Marianne Cornevin (1979).
3. Judith Butler, em uma série de obras importantes, discute a questão de que não apenas o “gênero” é cultural, como se costuma dizer, mas também o sexo. Ver Butler (1992, 1998 e 2001).
4. Vale lembrar, aliás, que em época bem anterior a África do Norte pertencera politicamente ao Império Romano, e deste ponto de vista todas as regiões européias e norte-africanas em torno do Mar Mediterrâneo – o *Mare Nostrum* – constituíam uma unidade. Este é apenas um exemplo para deixar claro que a visão da África como uma realidade continental não se impõe como um dado evidente, mas, sim, como uma construção histórica.
5. Conforme assinala Kátia Mattoso, “somente então um certo tipo de escravidão africana nasce do tráfico e para este, visto que cumpre alimentá-la de sangue sempre renovado” (Mattoso, 1982, p. 25).
6. A organização de expedições de pirataria para aquisição de escravos não era obviamente desconhecida na Antiguidade, e sabe-se que em certos povos – como os fenícios, etruscos, cretenses, etolios, ilírios, cilícios – surgiam grupos que “se especializavam em raptar pessoas e transportá-las em seus barcos para vendê-las em portos francos, como o era a Ilha de Delos depois de 168 aC” (Cardoso, 1987, p. 41). Mas com o modelo de escravidão introduzido pelos europeus do início do mundo moderno isso passa a ocorrer em larga escala, tornando-se a regra, e inserindo-se em um comércio transatlântico. É disto que aqui tratamos para considerar as singularidades da escravidão moderna. Já na Antiguidade grega o que ocorria era que, em geral, “os exércitos eram seguidos de mercadores de escravos que compravam em massa os prisioneiros e depois os encaminhavam aos pontos de venda” (*idem*). Ou seja, nestes casos surgia um comércio de escravos em função da guerra, e não o contrário.
7. Na verdade, as diversidades tribais existem ainda hoje na África, e os atuais conflitos entre *hutus* e *tutsis* em Ruanda são produtos da reunião em um mesmo país de tribos cujas mútuas hostilizações vinham crescendo desde o período colonial. Sobre a diversidade africana, ver o ensaio de Davidson Basil (1981). Sobre os conflitos entre *tutsis* e *hutus* que adquiriram sua expressão mais sangrenta em 1994, ver o ensaio jornalístico de Hatzfeld (2005).
8. Desenvolvimentos mais aprofundados de algumas das questões tratadas neste artigo poderão ser encontradas no livro **A construção social da cor** (Barros, 2008).

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de M.G. Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985.
- BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BASIL, Davidson. **Os africanos: uma introdução à sua história cultural**. Lisboa: Ed. 70, 1981.
- BLACKBURN. Robin. **A queda do escravismo colonial – 1776-1848**. São Paulo: Record, 2002.
- BUTLER, Judith. “Problema de los géneros, teoría feminista y discurso psicoanalítico”. In: Nicholson, J. Linda (org.). **Feminismo/posmodernismo**. Buenos Aires: Feminaria Editora, 1992, pp. 75-95.
- BUTLER, Judith. “Merely cultural”. **NLR**, I/227, Jan./Feb. 1998, pp.33-44.
- BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. In: Louro, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001, pp. 151-172.
- CORNEVIN, Marianne. **Apartheid, poder e falsificação histórica**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Trabalho compulsório na Antiguidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- GREIMAS e COURTÉS. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- HATZFELD, Jean. **Uma Temporada de Facões – relatos do genocídio em Ruanda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- KARASH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LOVEJOY, Paul. “Identidade e Miragem da etnicidade: a jornada de Mahommah Garô Baquaque para as Américas”. **Afro-Ásia**, n° 27, 2002, pp. 9-39.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ROSE, Arnold. “As origens do preconceito”. In: **Raça e Ciência II**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos. **No labirinto das nações – africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.